REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

INCLUSÃO DE ALUNOS PCD EM SALA DE AULA: DESAFIOS DO PROFESSOR

INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE CLASSROOM: CHALLENGES FOR THE TEACHER

Ciências Humanas • 15/04/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/776194769

Adélia Aparecida de Melo

RESUMO

Este trabalho discute os principais desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência (PCD) em salas de aula regulares. A análise, baseada em revisão de literatura recente, revela que os obstáculos vão desde a formação inicial insuficiente até a ausência de apoio multiprofissional, passando por dificuldades na adaptação curricular, escassez de recursos pedagógicos, superlotação das turmas e impactos na saúde emocional dos docentes. A pesquisa evidencia que, embora a legislação brasileira garanta o direito à inclusão, sua efetivação ainda depende de políticas públicas estruturadas, gestão escolar comprometida e valorização dos profissionais da educação. Conclui-se que a inclusão exige não apenas vontade pedagógica, mas também condições reais de trabalho, formação contínua e apoio institucional articulado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Deficiência; Formação Docente; Políticas Públicas; Prática Pedagógica; Apoio Multiprofissional.

ABSTRACT

This study discusses the main challenges faced by teachers in the process of including students with disabilities (PWD) in regular classrooms. Based on a review of recent literature, the analysis reveals obstacles ranging from insufficient initial teacher training to the lack of multiprofessional support, difficulties in curriculum adaptation, scarcity of teaching resources, overcrowded classrooms, and negative impacts on teachers' emotional well-being. The findings show that, although Brazilian legislation guarantees the right to inclusive education, its implementation still depends on structured public policies, committed school management, and the appreciation of education professionals. It is concluded that inclusion requires not only pedagogical willingness but also real

working conditions, continuous training, and coordinated institutional support.
Keywords: Inclusive Education; Disability; Teacher Training; Public Policy; Pedagogical Practice; Multiprofessional Support.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência (PCD) no sistema regular de ensino tem sido pauta recorrente nas políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir da promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, a concretização dessa proposta ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à atuação do professor em sala de aula.

Este trabalho busca discutir os principais desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos PCD em salas de aula regulares, com foco nas dificuldades práticas, formativas e estruturais encontradas no ambiente escolar.

Apesar dos avanços legislativos e normativos, muitos docentes ainda relatam dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades dos alunos com deficiência. A carência de formação específica, o número elevado de alunos por turma, a ausência de apoio multiprofissional e a escassez de materiais adequados tornam a inclusão um processo complexo e, muitas vezes, frustrante (ALMEIDA; MONTINO, 2021; COELHO; COELHO, 2024).

Compreender os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão é fundamental para promover mudanças concretas nas políticas de formação docente e na organização das escolas. A atuação efetiva do professor é essencial para garantir a

aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles com deficiência, que dependem de mediações específicas e adequações curriculares para seu pleno desenvolvimento (FELICETTI; BATISTA, 2020; XAVIER; FRÓES, 2024). Além disso, evidências apontam que a sobrecarga emocional dos docentes e a ausência de suporte institucional comprometem a qualidade do processo educativo (DOS SANTOS, 2020; SILVA; ELIAS, 2022).

Objetivo geral foi analisar os principais desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com deficiência em sala de aula regular, com base em produções acadêmicas recentes sobre o tema.

Este estudo adota o método de revisão de literatura, com levantamento e análise de artigos publicados entre 2020 e 2024, que abordam a temática da inclusão escolar e os obstáculos enfrentados pelos professores. As obras de autores como Almeida e Montino (2021), Brito e Flores (2023), Coelho e Coelho (2024), entre outros, constituem a base para a reflexão crítica sobre a prática docente frente à diversidade. A seleção das fontes considerou a relevância científica, a atualidade e a contribuição para o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas.

2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE

A formação e a capacitação docente constituem um dos pilares fundamentais para o sucesso da educação inclusiva. No entanto, a realidade educacional brasileira revela que muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, especialmente no que diz respeito ao atendimento de alunos com deficiência. A ausência de conhecimento específico para

atuar com esse público torna-se um obstáculo significativo para a efetividade da inclusão.

De acordo com Felicetti e Batista (2020), a formação inicial dos professores, em geral, não contempla de forma adequada os aspectos teóricos e práticos da educação inclusiva. Isso leva à insegurança no enfrentamento dos desafios diários em sala de aula, como a elaboração de planos de ensino adaptados, a utilização de recursos pedagógicos acessíveis e a condução de práticas voltadas para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Os autores destacam que o desconhecimento das especificidades de cada deficiência compromete a qualidade do atendimento educacional prestado e acentua a exclusão desses estudantes, mesmo dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, a formação continuada surge como uma necessidade urgente e inadiável. Coelho e Coelho (2024) argumentam que o desenvolvimento profissional contínuo, por meio de cursos, oficinas e espaços de reflexão sobre a prática pedagógica, é essencial para que o professor possa aprimorar seus conhecimentos e desenvolver competências que favoreçam a inclusão. Os autores ressaltam que, para além de conteúdos teóricos, é preciso que as formações dialoguem com a realidade vivida pelos docentes, proporcionando subsídios concretos para a atuação cotidiana.

Além disso, a ausência de formação continuada específica e sistemática contribui para sentimento de impotência e frustração por parte dos professores, que frequentemente se deparam com situações para as quais não foram preparados. Segundo Almeida e Montino (2021), essa lacuna na formação docente resulta em práticas

pedagógicas pouco eficazes, que não promovem a participação plena dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Esses sentimentos também são agravados pela sobrecarga de trabalho e pela falta de apoio institucional.

Portanto, é imprescindível repensar tanto os currículos dos cursos de licenciatura quanto as políticas de formação em serviço, de modo que contemplem de maneira efetiva os princípios e práticas da educação inclusiva. Somente com a valorização e o preparo adequado do professor será possível garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições. A educação inclusiva exige uma postura crítica, reflexiva e constantemente atualizada por parte dos docentes, o que só será viável mediante investimentos contínuos em formação qualificada e humanizada.

3. ADAPTAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA

A adaptação curricular e pedagógica é um dos principais pontos de atenção no processo de inclusão de alunos com deficiência. A construção de um currículo que atenda à diversidade requer sensibilidade, conhecimento técnico e criatividade por parte do professor, que muitas vezes se vê sozinho diante do desafio de elaborar práticas significativas para todos os seus alunos.

Um dos primeiros obstáculos enfrentados pelos docentes é a elaboração de planos de aula que contemplem as necessidades dos alunos com deficiência sem comprometer a dinâmica da turma como um todo. Conforme destacam Oliveira, Feitosa e Mota (2020), muitos professores relatam dificuldade em realizar adaptações por não possuírem formação adequada ou por enfrentarem limitações

de tempo e recursos. As demandas por um ensino diferenciado esbarram frequentemente na ausência de planejamento institucional e no excesso de responsabilidades atribuídas ao professor.

Essas dificuldades se refletem diretamente na qualidade do ensino. Brito e Flores (2023) apontam que a adaptação do currículo precisa ser vista como uma ferramenta de equidade, e não apenas como uma concessão individualizada. Para isso, é necessário que o planejamento das aulas seja pautado por metodologias flexíveis, com objetivos ajustáveis e avaliações diversificadas, permitindo que todos os alunos tenham oportunidades reais de participação e aprendizagem. No entanto, na prática, a aplicação desses princípios é frequentemente prejudicada pela falta de apoio técnico e pedagógico nas escolas.

A diversificação das estratégias de ensino é outro aspecto fundamental, pois cada aluno aprende de maneira diferente e, no caso dos alunos com deficiência, essa diversidade se amplia ainda mais. Xavier e Fróes (2024) defendem que o uso de recursos como jogos pedagógicos, materiais visuais, tecnologias assistivas e atividades práticas favorece a aprendizagem inclusiva, mas enfatizam que isso exige preparo, tempo de planejamento e suporte institucional. Sem esses elementos, o ensino tende a seguir um padrão rígido que exclui justamente aqueles que mais precisam de atenção diferenciada.

Além disso, o processo de diversificação pedagógica depende de uma postura aberta do professor à experimentação e ao erro, bem como de um ambiente escolar colaborativo que incentive o compartilhamento de práticas bem-sucedidas. Barceli e Rosalino

(2022) destacam que, quando o docente encontra espaço para dialogar com colegas e gestores sobre suas dificuldades e conquistas, ele tende a desenvolver práticas mais eficazes e sensíveis às necessidades dos alunos com deficiência intelectual.

4. RECURSOS DIDÁTICOS E INFRAESTRUTURA

A efetivação da inclusão escolar também está diretamente relacionada à disponibilidade de recursos didáticos adequados e a uma infraestrutura acessível. Sem esses elementos, o trabalho do professor torna-se limitado, e a participação dos alunos com deficiência é comprometida. A falta de materiais pedagógicos específicos, como jogos adaptados, recursos de comunicação alternativa, livros em braile ou ampliados, tecnologias assistivas e outros suportes, é uma realidade em muitas instituições de ensino. Segundo Silva e Elias (2022), essa ausência impede que o professor desenvolva estratégias mais efetivas e inclusivas, além de reforçar a desigualdade de condições entre os alunos.

Além dos recursos didáticos, as limitações na infraestrutura escolar também se apresentam como um entrave significativo. Muitas escolas não possuem salas adaptadas, banheiros acessíveis, mobiliário adequado ou sinalização tátil e visual. Como observam Xavier e Fróes (2024), a acessibilidade arquitetônica é uma condição básica para que o aluno com deficiência circule e participe plenamente da vida escolar. Contudo, mesmo com as legislações existentes, grande parte das instituições de ensino ainda apresenta barreiras físicas e comunicacionais que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência.

Essas carências acabam por sobrecarregar o professor, que muitas vezes precisa improvisar soluções sem o respaldo técnico ou material necessário. Além disso, a ausência de investimento público consistente agrava ainda mais essa situação, como apontam Queiroz e Melo (2021), que enfatizam a importância de políticas públicas eficazes para garantir os recursos e adaptações indispensáveis à inclusão.

Portanto, garantir materiais didáticos adequados e uma infraestrutura inclusiva é uma condição indispensável para que a escola cumpra seu papel de promotora da equidade. Sem esses recursos, mesmo os professores mais preparados encontrarão obstáculos concretos para implementar práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR

As políticas públicas voltadas à inclusão escolar são fundamentais para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento de alunos com deficiência na educação básica. No entanto, na prática, observa-se uma distância significativa entre o que é proposto na legislação e o que é efetivamente implementado nas escolas. A insuficiência dessas políticas, tanto em termos de estrutura quanto de operacionalização, compromete os avanços no campo da educação inclusiva e sobrecarrega os professores, que ficam sem respaldo institucional para lidar com as demandas do processo.

Conforme apontam Xavier e Fróes (2024), embora o Brasil tenha um arcabouço legal robusto no que diz respeito à inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, ainda faltam ações concretas que

assegurem sua aplicação em todos os contextos escolares. A ausência de políticas públicas eficazes leva a uma gestão escolar desarticulada e a uma rede de ensino despreparada para lidar com a diversidade. Muitas escolas funcionam com poucos recursos, profissionais insuficientes e falta de formação específica, o que enfraquece as iniciativas de inclusão.

Um dos principais reflexos dessa fragilidade política é a falta de garantia de recursos e acompanhamento pedagógico contínuo. Coelho e Coelho (2024) destacam que o investimento em materiais adaptados, formação docente, tecnologias assistivas e infraestrutura acessível depende diretamente da atuação do poder público. No entanto, o que se observa em grande parte das escolas é a escassez de verbas e a ausência de mecanismos sistemáticos de avaliação e acompanhamento dos alunos com deficiência. Essa negligência compromete o direito à educação equitativa e reforça desigualdades históricas.

Queiroz e Melo (2021) também ressaltam que, sem planejamento estratégico por parte das instâncias gestoras, o processo de inclusão torna-se dependente da boa vontade de alguns profissionais e iniciativas isoladas. A falta de uma política de acompanhamento técnico e pedagógico contínuo dificulta o diagnóstico precoce, a implementação de planos educacionais individualizados e o monitoramento da aprendizagem. Isso cria um cenário de exclusão disfarçada de inclusão, onde os alunos estão presentes fisicamente na escola, mas não têm suas necessidades educacionais devidamente atendidas.

6. SAÚDE EMOCIONAL DOS PROFESSORES

A saúde emocional dos professores tem se tornado uma preocupação crescente no contexto da educação inclusiva, especialmente diante das múltiplas responsabilidades que recaem sobre esses profissionais. O processo de inclusão exige mais do que conhecimento técnico: requer sensibilidade, paciência, criatividade e resiliência, qualidades que são constantemente desafiadas em ambientes escolares marcados por limitações estruturais e ausência de apoio efetivo. A sobrecarga de trabalho e os sentimentos de frustração e impotência profissional têm gerado impactos significativos na qualidade de vida dos docentes e, por consequência, no processo educativo como um todo.

A sobrecarga de trabalho se apresenta como um dos fatores mais recorrentes no adoecimento emocional dos professores. Além das atribuições pedagógicas regulares, os docentes precisam lidar com a adaptação de conteúdos, elaboração de atividades individualizadas, acompanhamento mais próximo de alunos com deficiência e diálogo constante com famílias e equipes gestoras. Silva e Elias (2022) destacam que essa multiplicidade de funções, muitas vezes sem o devido suporte, leva ao esgotamento físico e mental dos profissionais. A ausência de uma política de apoio institucional estruturada acaba por transferir ao professor responsabilidades que deveriam ser partilhadas por toda a equipe escolar e por políticas públicas eficazes.

Essa carga excessiva gera impactos diretos na saúde emocional dos docentes, que passam a conviver com sentimentos de estresse, frustração e, frequentemente, impotência diante das dificuldades enfrentadas. Segundo Dos Santos (2020), muitos professores relatam sensações de incapacidade diante das exigências da inclusão, especialmente quando não veem avanços significativos na

aprendizagem dos alunos com deficiência. Esses sentimentos são potencializados quando o trabalho é solitário, sem formação continuada adequada e sem apoio psicológico para lidar com as demandas emocionais da profissão.

Além disso, a falta de valorização profissional e o ambiente escolar pouco colaborativo contribuem para o isolamento do professor. Em muitos casos, os docentes não encontram espaço para expressar suas angústias, tampouco recebem o suporte necessário para cuidar de sua saúde mental. Como afirmam Xavier e Fróes (2024), o sofrimento emocional do professor não é apenas um problema individual, mas uma questão estrutural da educação brasileira, que precisa ser enfrentada com políticas públicas específicas de acolhimento e valorização dos profissionais da educação.

7. SUPERLOTAÇÃO DAS SALAS DE AULA

A superlotação das salas de aula é um dos fatores que mais comprometem a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e, particularmente, a efetividade da inclusão de alunos com deficiência. Em muitas escolas públicas brasileiras, é comum encontrar turmas com mais de trinta estudantes, o que dificulta a atenção individualizada e a adoção de estratégias pedagógicas adaptadas. Nesse cenário, o professor encontra sérios obstáculos para planejar e executar atividades que considerem as diferentes necessidades educacionais de seus alunos.

Segundo Brito e Flores (2023), a elevada quantidade de alunos por sala gera um ambiente de ensino pouco propício à inclusão, tornando quase inviável a adaptação de conteúdos, a escuta atenta às necessidades individuais e a mediação de conflitos escolares. Para

os alunos com deficiência, isso significa menor participação, dificuldades de socialização e, muitas vezes, exclusão velada do processo educacional. Ao professor, resta o desafio de gerir uma diversidade de demandas sem tempo hábil ou condições adequadas para atender a cada estudante de forma justa e eficaz.

Além disso, a superlotação contribui significativamente para o aumento da carga emocional e física dos professores, intensificando a sensação de esgotamento e diminuindo a motivação para inovar nas práticas pedagógicas. Como ressaltam Xavier e Fróes (2024), as políticas de inclusão escolar, quando não acompanhadas de condições estruturais e organizacionais adequadas, acabam impondo ao professor a difícil tarefa de fazer muito com quase nada.

A redução do número de alunos por turma e o replanejamento da organização escolar são medidas essenciais para garantir uma educação mais equitativa. Uma sala de aula com um número equilibrado de estudantes permite maior interação, acompanhamento mais próximo e oportunidades reais de aprendizagem para todos. Assim, enfrentar a superlotação é uma condição básica para que o discurso da inclusão se concretize na prática cotidiana das escolas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é um direito garantido por lei e um compromisso ético com a diversidade humana. No entanto, como demonstrado ao longo deste trabalho, a realidade vivida nas escolas revela inúmeros desafios que dificultam a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Entre os principais obstáculos enfrentados pelos professores, destacam-se

a formação inadequada, a ausência de recursos pedagógicos, a falta de apoio multiprofissional, a insuficiência de políticas públicas, os impactos emocionais da sobrecarga de trabalho e a superlotação das salas de aula.

As pesquisas analisadas evidenciam que o professor tem um papel central na efetivação da inclusão, mas não pode ser responsabilizado sozinho por um processo que exige comprometimento institucional, gestão escolar participativa e políticas públicas estruturantes. Como afirmam Coelho e Coelho (2024), a educação inclusiva demanda ação coletiva, apoio técnico, formação continuada e investimento constante na infraestrutura e nos recursos humanos da escola.

É necessário romper com a lógica da exclusão disfarçada de integração e construir espaços escolares que valorizem as diferenças, garantam equidade de oportunidades e promovam o desenvolvimento de todos os estudantes. Para isso, é imprescindível escutar os professores, compreender suas dificuldades e criar condições reais para que possam exercer sua função de maneira plena e humanizada.

Portanto, mais do que um ideal, a inclusão deve ser uma prática concreta e cotidiana, sustentada por políticas públicas eficazes, formação docente sólida, gestão escolar comprometida e uma rede de apoio que compartilhe responsabilidades e valorize o trabalho coletivo. Somente assim será possível garantir o direito à educação de qualidade para os alunos com deficiência e para todos aqueles que compõem a diversidade da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alcilene Gomes; MONTINO, Mariany Almeida. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. Multidebates, v. 5, n. 1, p. 177-193, 2021.

BRITO, Giseli Artioli; FLORES, Maria Marta Lopes. A inclusão de alunos com deficiência intelectual: em foco as práticas pedagógicas. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 16, n. 48, 2023.

COELHO, Darci Ferreira; COELHO, Ana Cristina Mantai Von-Rondon. Educação Inclusiva na Perspectiva dos Desafios Docentes em Sala de Aula e Formação Continuada. Revista Sociedade Científica, vol.7, n. 1, p.3828-3854, 2024.

DOS SANTOS, João Fidelis. A afetividade e as relações dos professores e alunos com deficiência: concepções docentes. Revista Caparaó, v. 2, n. 1, p. e18-e18, 2020.

FELICETTI, Suelen Aparecida; DE LOURDES BATISTA, Irinéa. A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 12, n. 24, p. 165-180, 2020.

OLIVEIRA, Iana Thaynara Trindade; DA SILVA FEITOSA, Francisca; DA SILVA MOTA, Janine. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: Desafios da prática docente. Humanidades e Inovação, v. 7, n. 8, p. 81-95, 2020.

QUEIROZ, Fernanda Matrigani Mercado Gutierres; DA SILVA MELO, Márcia Helena. Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência

durante a pandemia do COVID-19. Revista Educação Especial, v. 34, p. 1-24, 2021.

BARCELLI, Juliana Carolina; ROSALINO, Israel. Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. Ipê Roxo, v. 4, n. 1, 2022.

SILVA, Eliza França; ELIAS, Luciana Carla Dos Santos. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. Educação em revista, v. 38, p. e26627, 2022.

SILVA, Jussara Barros; FIDÊNCIO, Vanessa Luisa Destro. Conhecimento de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular. Journal Health NPEPS, v. 6, n. 2, 2021.

XAVIER, Fabiano Pedro; FRÓES, Ângelo Ribeiro. Os Desafios do Professor na Inserção da Educação Inclusiva na Rede Pública de Ensino. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 1, p. 68-83, 2024.